

HABEAS CORPUS Nº 549.646 - RJ (2019/0362209-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSÂNGELA MARTINS ALCANTARA ZAGAGLIA -
RJ032100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : M DE S DOS S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de M DE S DOS S no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0088755-71.2016.8.19.0054, relator Desembargador Antônio José Carvalho).

Depreende-se dos autos que a representação oferecida contra o paciente por ato infracional análogo ao crime de roubo majorado (por três vezes) foi julgada procedente. Foi-lhe aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida (e-STJ fls. 21/25).

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso do Ministério Público para fixar a medida socioeducativa de internação. Eis a respectiva ementa (e-STJ fl. 33):

APELAÇÃO - ECA - ATO INFRACIONAL ANÁLOGO À CRIME DE ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO - APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA - PRETENSÃO MINISTERIAL DE AGRAVAMENTO DA MEDIDA IMPOSTA - POSSIBILIDADE - CONDUTA DE NATUREZA GRAVE QUE RECOMENDA A INTERNAÇÃO - ART. 122, I DA LEI 8069/90 - ADOLESCENTE QUE, NA COMPANHIA DE DOIS COMPARSAS, ADENTRA A UM COLETIVO E SUBTRAI O APARELHO CELULAR DAS VÍTIMAS, MEDIANTE O EMPREGO DE ARMA DE FOGO - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS QUE NÃO SE CONSUBSTANCIAM EM PENAS - NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DO ADOLESCENTE INFRATOR DO MEIO PERNICIOSO EM QUE INAUGUROU PARA QUE SE TENHA A SUA RECUPERAÇÃO - APELO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, APLICANDO-SE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *habeas corpus*, a impetrante defende que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da fixação da medida socioeducativa de internação.

Alega que "*o decisum se fundamentou na gravidade em abstrato do ato infracional e na suposta ausência de caráter retributiva da internação*" (e-STJ fl. 6), violando "*os princípios da excepcionalidade e atualidade*" (e-STJ fl. 7).

Ressalta a superlotação das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito daquele Estado.

Requer a concessão de liminar para permitir que o paciente aguarde o julgamento deste *writ* em liberdade. No mérito, postula a manutenção do adolescente em liberdade assistida.

Liminar indeferida (e-STJ fls. 43/45).

Informações prestadas (e-STJ fls. 53/60 e 62/66).

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 68/69, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração visa à inserção do paciente em medida socioeducativa em meio aberto pela prática do ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado.

A medida socioeducativa de internação é possível nas hipóteses taxativas do art. 122 da Lei n. 8.069/1990, a saber: **a)** quando o ato infracional for praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa; **b)** quando houver o reiterado cometimento de outras infrações graves; ou **c)** quando houver o descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.

O Tribunal *a quo*, ao reformar a sentença para impor ao paciente a medida de internação, assim dispôs, no que interessa (e-STJ fls. 39/40):

Ressalte-se que o Apelado tinha pleno conhecimento da utilização da arma de fogo, quando da prática da infração, estando ciente dos riscos advindos de sua conduta, inclusive, do perigo concreto da

Superior Tribunal de Justiça

integridade física das vítimas e da exposição de sua vida.

Desta forma, inequívoca a autoria em relação à prática do ato infracional em tela, eis que o conjunto probatório é claro nesse sentido.

Como se vê dos autos, o adolescente infrator não possui passagem anterior pelo Juízo menorista. Contudo, o estudo dos autos demonstra merecer acolhida o pleito do parquet de aplicação de medida mais gravosa, qual seja a de internação, isto porque, restou caracterizado o envolvimento do menor no evento reprovável, não demonstrando ser suficiente para sua ressocialização medida diversa da internação, a teor do estabelece o art. 122, I da Lei 8069/90.

Também há de se destacar que as medidas socioeducativas não são penas, elas objetivam a ressocialização e reeducação do adolescente que, apesar de ter demonstrado arrependimento, praticou conduta de natureza grave, sendo a medida de internação a única capaz de afastá-lo do ambiente propício à marginalidade a que se envolveu.

Consigne-se, por pertinente, que as medidas previstas no ECA possuem conteúdo programático com vistas à recuperação, não possuindo caráter retributivo, uma vez que o citado diploma legal objetiva a proteção dos interesses da criança e do adolescente, que deverão sobrepor-se a qualquer outro bem juridicamente tutelado, observando a destinação social da lei.

O entendimento do Tribunal de origem, ao reformar a sentença e impor a medida de internação ao adolescente, não dissente do posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça acerca do tema.

Na hipótese, o adolescente, em concurso com outros dois agentes, imputáveis, e mediante a utilização de arma de fogo, subtraiu os bens dos ofendidos em ônibus que trafegava na Rodovia Presidente Dutra, o que revela a prática de ato infracional passível de imposição de medida de internação.

Com efeito, em casos como o dos autos, a jurisprudência desta Corte entende ser devida a aplicação de medida de internação, nos termos do art. 122, inciso I, da Lei n. 8.069/1990, por se tratar de crime cuja violência e grave ameaça estão presentes, inclusive como elementares do tipo penal.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATENUANTE DA CONFISSÃO. RECONHECIMENTO. INVIABILIDADE. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. APLICADA. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. OCORRÊNCIA DO INCISO I DO ARTIGO 122 DO ALUDIDO ESTATUTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM

DENEGADA.

1. A aplicação da circunstância atenuante de confissão, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, é impossível em sede de procedimento relativo a ato infracional submetido ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a medida socioeducativa não tem natureza de pena (HC 354.973/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 22/08/2016).

2. Diante da prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo circunstanciado, está autorizada a aplicação da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na espécie, a imposição da referida medida não evidencia constrangimento ilegal, tendo em vista, em especial, o modus operandi (ato infracional praticado em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo, contra duas vítimas).

3. Ordem denegada. (HC 389.828/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017, grifei.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A ROUBO MAJORADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÕES FINAIS. VINCULAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO. GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 122, INCISO I, DO ECA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ quando utilizado em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal (HC 213.935/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJe de 22/8/2012; e HC 150.499, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 27/8/2012). Não obstante, nada impede o direto exame do tema por esta Corte, na constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. O fato de o Ministério Público, em alegações finais, ter postulado a absolvição do paciente, não vincula o julgador, que pode decidir segundo seu livre convencimento.

3. Em se tratando de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa é possível a aplicação da medida socioeducativa de internação, tendo em vista o expresse permissivo constante do inciso I do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4. Habeas corpus denegado. (HC 342.992/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 17/03/2016, grifei.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO PRATICADO EM CONCURSO DE AGENTES E COM EMPREGO DE FACA. INTERNAÇÃO. ART. 122, I, DO ECA.

POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do writ, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.
2. Tratando-se de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça à pessoa, é permitida a aplicação da medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 122, I, da Lei n. 8.069/1990.
3. Na espécie, a medida socioeducativa mais rigorosa foi aplicada em razão da periculosidade dos pacientes, revelada pelas circunstâncias concretas do caso - cometeram ato infracional análogo ao crime de roubo, praticado com emprego de faca, em que os três agentes, menores de idade, abordaram as vítimas em casa, dois idosos, anunciaram o assalto e após subtraírem dinheiro, fugiram -, estando devidamente justificada a preservação da medida de internação, a teor do que dispõe o art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
4. Habeas corpus não conhecido (HC 312.048/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, Desembargador Convocado do TJ/PE, Quinta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 13/5/2015).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A ROUBO PRATICADO COM ARMA DE FOGO. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 122, I, DA LEI N. 8.069/1990.

I. O entendimento esposado pelo Tribunal a quo está em harmonia com a jurisprudência firmada nesta Eg. Corte, que já decidiu que a medida de internação revela-se apropriada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, como na espécie, em que o adolescente dirigiu-se ao estabelecimento comercial, anunciando o assalto, mostrando a arma de fogo, tipo revólver, marca Rossi, calibre 22.

II. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1011581/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 10/03/2017, grifei.)

Não vislumbro, pois, o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **denego a ordem** de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator